

***Em Tempo* de memória: a “nova esquerda” e a reinterpretação da experiência trabalhista no Brasil**

Michelle Reis de Macedo *

Resumo: Em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, o Brasil viveu o processo de redemocratização e diversas críticas foram formuladas contra a ditadura. Nesse contexto, surgiram novas organizações de esquerda, que procuraram atuar como porta-vozes dos trabalhadores. O jornal *Em Tempo* foi um meio de comunicação que na época expressou idéias, programas e propostas de parte dessas esquerdas. Essa “nova esquerda”, que desmerecia as tradições formuladas por comunistas e trabalhistas no período anterior a 1964, teve que lidar com a volta do exílio de Leonel Brizola e sua proposta de construir um “novo PTB”. O objetivo do meu trabalho é analisar a maneira como as esquerdas organizadas em *Em Tempo* avaliavam o passado trabalhista brasileiro.

Palavras-chave: memória, trabalhismo, democracia.

Abstract: Between the end of 1970’s and the beginning of 1980’s, during the military dictatorship’s crisis and the transition to a democratic system, new groups of left organizations had intended to be the spokespeople of laborers, representing their demands. The newspaper called *Em Tempo* was a way of communication that had shown parts of these left groups’ ideas, programs and proposals. The “new left”, who disqualified communists and labourists’ traditions, had to deal with Leonel Brizola’s return from the exile and his proposal of creating a “new PTB”. The article’s purpose is to analyze these left groups’ points of view about the past of Brazilian labourism.

Keywords: memory, labourism, democracy

O processo de redemocratização brasileira, a partir da segunda metade da década de 1970, foi marcado por conflitos e embates entre projetos políticos. Um período de impasses e indecisões, em que o tema central era o retorno ao regime democrático, discutido por diversos setores da sociedade. Mas, para além da disputa no campo do político, configurava-se também “batalhas de memória”, cujos protagonistas consistiam em diferentes representações do passado a procura de legitimidade.

Em 1974, Ernesto Geisel assumiu a presidência da República, comprometendo-se com o projeto de *distensão política*. Prometeu iniciar um processo “lento, gradual e seguro” de liberalização do regime, de modo a reconduzir o país à democracia, porém sem prejuízo das realizações do “movimento de 1964”. Em 1978, pôs fim aos atos institucionais e suspendeu cassações e banimentos. Em contrapartida, o projeto do governo causava desconfianças; até porque Geisel fez uso de mecanismos de repressão e censura para assegurar o controle do

* Doutoranda, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

processo de transição democrática. No entanto, abriu-se espaços para a reorganização das oposições e dos movimentos sociais na luta pela democracia.

Se por um lado o processo de redemocratização acompanhou o projeto de distensão do governo, por outro, teve que lidar com o crescimento das forças de oposição e suas demandas. A legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que antes era considerada pejorativamente uma oposição “consentida”, passou a ser vista como uma alternativa viável de luta contra a ditadura, o que a aproximou de vários grupos de esquerda. Isso se deve também ao fracasso militar e político da luta armada, iniciando um processo de autocrítica por parte de grupos de esquerda que outrora adotaram essa estratégia de luta. Segundo Maria Paula Araújo, a geração dos anos 1970, diferentemente da geração anterior¹, vivia no *ethos* da luta pelos direitos humanos e contra o autoritarismo, exaltando os valores democráticos (ARAÚJO, 2007: 332). Paralelo ao crescimento do MDB, os movimentos sociais ganhavam expressão nessa nova conjuntura política. O movimento estudantil, parte da Igreja Católica, a imprensa alternativa, movimentos de bairros e favelas, as associações de profissionais liberais, os movimentos de minorias políticas, enfim, cada grupo com suas reivindicações específicas, porém inseridas num mesmo contexto de luta democrática contra a ditadura militar. Partidos e organizações de esquerda também se reorientaram nessa conjuntura, sob a expectativa do alargamento do espaço legal de atuação política.

Nesse contexto de aprofundamento das discussões em torno do processo de abertura, a bandeira das lutas democráticas que efetivamente uniu os diversos atores políticos foi a campanha nacional pela anistia. Seu conteúdo simbólico atacava a essência da ditadura – perseguições, prisões, torturas, exílios – além de trazer a tona um passado de lutas heróicas contra o regime de exceção. Não era apenas uma união de forças por uma anistia qualquer; exigia-se uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, que contemplasse todas as vítimas atingidas por atos discricionários do governo. Entre *heróis* e *vítimas*, todos os punidos pela ditadura mereciam a anistia; afinal, na memória das esquerdas, eles *resistiram* corajosamente, defendendo a democracia e lutando por um país mais justo. Todavia, a lei da anistia sancionada pelo governo anistiou também agentes da repressão, além de deixar de fora os condenados por crimes de “terrorismo, assalto e seqüestro”, o que incluía membros da esquerda armada. Mas, mesmo não sendo o que as oposições esperavam, a lei da anistia foi

¹ A geração de 1968 foi marcada pela radicalidade e pelo enfrentamento, tendo em vista que a democracia representativa era considerada uma farsa da burguesia e, portanto, era desqualificada.

um avanço importante no processo de redemocratização.² O próximo passo seria o fim do bipartidarismo.

Diante das discussões sobre anistia e reforma partidária, questões como a volta de exilados políticos de grande peso e a inserção deles na nova conjuntura passaram a ocupar o centro dos debates. Dentre eles, estava Leonel Brizola, cujo retorno suscitava polêmicas em torno do ressurgimento do Partido Trabalhista Brasileiro, já que assumir esta legenda significava retomar um dos projetos mais combatidos pela ditadura. Sua imagem era lida de duas formas naquele contexto: aqueles contrários ao seu retorno enfatizavam sua responsabilidade no acirramento da luta política no início da década de 1960 que levava ao rompimento da ordem democrática; mas, ao ser odiado por um regime que perdera a legitimidade, fazia-o paradoxalmente um mártir vivo, contribuindo para despertar a lembrança do líder na luta pelas reformas de base no pré-golpe (SANTO-SÉ, 1999: 56). Incendiário, manipulador das massas, mártir ou intérprete dos anseios populares, eis os símbolos que se misturavam e se associavam a figura de Brizola.

Antigos petebistas, em atividade no Brasil, já se movimentavam para a recriação do PTB. Mas as origens das articulações em torno de Brizola, considerado a principal referência do trabalhismo após a morte de João Goulart em 1976, configuraram-se ainda no exílio. Percorrendo a Europa, Brizola manteve contatos com vários brasileiros exilados e líderes europeus. Sabendo das manifestações contra o seu retorno, procurou ser cauteloso, apresentando-se como um democrata preocupado com as questões sociais, sem comprometimento com teses revolucionárias. Em Lisboa, participou de um Congresso, em que foram esboçadas as bases de um novo partido trabalhista no Brasil, sob sua liderança.

O projeto político de Brizola para o Brasil em redemocratização era resgatar o trabalhismo, considerado por ele aspiração legítima do povo brasileiro. Em um trabalho de memória, seus discursos definiam o “antes” de 1964 – momentos de glória proporcionados pelas conquistas trabalhistas – e o “depois” de 1964 – tempos obscuros responsáveis pela interrupção do processo de emancipação do povo e da nação brasileira. Como herdeiro da tradição trabalhista, sua missão, portanto, seria “retomar o fio da história”, interrompido pelo golpe militar. Ao resgatar a memória do trabalhismo, uma determinada versão do passado foi reconstruída e adequada às demandas do presente. Lembrando de alguns episódios e esquecendo outros, em processo de enquadramento da memória, a tradição trabalhista foi reinventada através dos discursos e das práticas brizolistas, interpretando o contexto político

² A lei da anistia foi sancionada no dia 28 de agosto de 1979.

de abertura e, a partir daí, reformulando estratégias e projetos de intervenção na esfera pública. Temas como a questão social e a emancipação nacional foram retomados, mas, ao mesmo tempo, atualizados. A pluralidade dos conflitos sociais e a demanda de minorias, como índios, negros e mulheres, ganharam destaque no projeto brizolista; e as críticas à espoliação do imperialismo deixaram de ter um tom anti-americano e foram transferidas às ações das multinacionais e do capital financeiro internacional. Ademais, optou-se pela defesa da democracia, entendida como democracia social, mas também valorizada em seus termos políticos.³ Num momento em que se exaltava o fim da ditadura, Leonel Brizola parecia ser o símbolo da persistência do varguismo na política brasileira.

O período pré-golpe não foi apenas objeto dos discursos brizolistas. Aqueles que possuíam uma concepção crítica desse passado, notadamente grupos e partidos da esquerda revolucionária, também se preocupavam em elaborar sua própria versão sobre ele. As narrativas críticas desqualificavam a experiência trabalhista, considerada arcaica. Sendo assim, ao assumir o papel de resgatar o legado tão combatido, Brizola, junto a sua proposta de reorganização do PTB, ocupou o centro de debates polêmicos.

Devido a sua história de liderança popular, seu retorno ao Brasil e sua inserção política no contexto de redemocratização preocupavam setores das esquerdas revolucionárias, os quais passaram a disputar com ele o lugar de porta-voz legítimo dos anseios populares. Nessa disputa entre projetos, o conceito de “populismo” foi utilizado em larga escala para estigmatizar a trajetória política de Leonel Brizola. Carregando conotações pesadas como demagogia, paternalismo, peleguismo, manipulação e tantos outros sentidos negativos, a tradição trabalhista entendida como “populismo” deveria ser varrida da história do país.

Por um lado, as críticas a Brizola feitas por comunistas, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundamentavam-se na sua identificação com o clima de radicalização da primeira metade da década de 1960, que culminaria com o golpe militar. Segundo essa interpretação histórica, Brizola teria sido o maior responsável pela incitação dos ânimos e precipitação da derrocada das instituições democráticas. Por conseguinte, sua intervenção política durante a abertura poderia ser uma ameaça aos avanços da democracia. Por outro, a relação de Brizola com a chamada “nova esquerda” nesse contexto era repleta de tensões e divergências. O termo “nova” para se referir a essa esquerda significava exatamente

³ Durante o governo João Goulart, o processo de radicalização política levou à desvalorização da democracia representativa. A questão em jogo, tanto por parte das direitas quanto das esquerdas, era a imposição de seus projetos políticos. Portanto, as instituições da democracia liberal foram postas em segundo plano; o objetivo de ambos os grupos era alcançar suas metas políticas, mesmo que, para isso, fosse necessário sacrificar a ordem democrática.

a pretensão de romper com o padrão tradicional de relação entre a classe trabalhadora e antigos líderes trabalhistas e comunistas. A “nova” proposta pretendia incentivar a independência política e ideológica da classe operária e a autonomia do movimento popular em relação ao Estado e a estrutura “carcomida” do sindicato peleguista.⁴ Nesse sentido, as concepções sobre a figura política de Leonel Brizola entre esses grupos de esquerda, de certa forma, aproximavam-se curiosamente de análises feitas por setores conservadores; isto é, a associação de Brizola aos acontecimentos decisivos para o golpe de 1964 e à herança varguista que deveria ser sepultada de uma vez por todas. Visto como um líder tipicamente “populista”, Brizola foi considerado uma referência negativa para os partidos de esquerda que se reorganizavam a partir da segunda metade da década de 1970. A resistência a Brizola e a tudo o que ele representava foi, de certo modo, discutida nas páginas da imprensa alternativa, uma categoria de jornais de esquerda que se multiplicou durante o processo de redemocratização. Dentre eles, destacou-se o jornal *Em Tempo*, representante das idéias e projetos da chamada “nova esquerda”.

***Em Tempo* construindo memória**

Durante a ditadura militar no Brasil, proliferou um grande número de jornais de formato tablóide, que tinham como traço comum a oposição ao regime. Essa imprensa alternativa mostrou ser um dos mais importantes meios de luta política da época, já que os canais de manifestação da oposição foram quase todos suprimidos.

A partir do governo Geisel, a imprensa de oposição ficou mais a vontade para debater temas como eleições, anistia, constituinte e sindicatos; e acabou tornando-se um “caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura” (KUCINSKI, 2003: 16). Naquela conjuntura, destacou-se o periódico *Em Tempo*, essencial para uma análise das concepções da “nova esquerda” sobre o momento de transição. Foi criado em 1977 a partir de um racha ocorrido no interior do jornal *Movimento*, controlado pelo PCdoB. Os dissidentes “rejeitavam a prioridade dada a uma proposta de *frente democrática*, que – na avaliação da maioria deles – estava sendo hegemonizada por correntes liberais-burguesas, em detrimento da possibilidade de autonomia do movimento operário” (KUCINSKI, 2003: 162). Na prática, essa frente significaria o apoio ao MDB e a aliança entre os trabalhadores e outros grupos sociais descontentes com a ditadura.

⁴ O termo pelego significa pejorativamente a tentativa de estabelecer associações entre a burguesia e o operariado, a fim de afastar este último de seus “reais” interesses de classe.

De formação heterogênea, *Em Tempo* reunia militantes do MEP, da APML, do MR-8, da Polop e de diferentes grupos de inspiração trotskista, como o grupo mineiro Centelha e o grupo gaúcho Nova Proposta. Mais tarde, esses dois últimos grupos juntaram-se, formando a organização Democracia Socialista, que em 1980 passou a deter o controle total do jornal após a saída dos outros grupos. Apesar de defender concepções diferentes sobre a realidade brasileira, os membros de *Em Tempo* aproximavam-se pela perspectiva crítica em relação aos dois partidos comunistas mais tradicionais do Brasil (PCB e PCdoB) e à tática, por eles preconizadas, de uma etapa democrático-burguesa para a revolução. A “nova esquerda” pretendia ser o “inérito” nas lutas democráticas contra a ditadura, proporcionando ao operariado um espaço autônomo de reivindicação de seus interesses. A partir daí, tinha um desafio a enfrentar: disputar o lugar de representante das classes populares com antigas lideranças políticas revividas no processo de redemocratização. Em especial, Leonel Brizola, herdeiro da cultura política que historicamente construiu uma relação, de certa forma, próxima às experiências dos trabalhadores brasileiros. Lidar com o retorno do trabalhismo seria uma tarefa árdua. A estratégia encontrada pela “nova esquerda” foi acionar a memória, mas lembrando o passado trabalhista do seu jeito, como uma experiência negativa a ser superada.

Para mostrar que essa concepção coincidia com as demandas operárias, *Em Tempo* publicou depoimentos de sindicalistas opinando sobre o tema. João Carlos Araújo, secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias (RJ), declarou:

Experiências no Brasil, relativas ao trabalhismo, não são nada positivas, com ou sem Brizola. [...] Eu sou contra um partido trabalhista, embora, como operário, isso possa parecer estranho. Não tem mais qualquer sentido histórico jogarmos na rearticulação do trabalhismo como se fosse esta uma expressão política eficaz contra os setores conservadores. A saída tem de ser popular, e não populista. (Em Tempo, 27 de novembro a 2 de dezembro de 1978, nº 39, p.3)

A tentativa de desqualificar o objetivo de Brizola em recriar o PTB despertava a necessidade de esclarecer a origem dessa história. No artigo, “‘Pai’ dos pobres, mãe dos ricos!”, *Em Tempo* analisou o papel do getulismo na formação do capitalismo brasileiro e suas influências sobre a classe trabalhadora. Segundo os escritos, Getúlio Vargas foi o fio condutor da transição para o capitalismo industrial no Brasil. Operando no vazio de poder deixado pela crise da oligarquia cafeeira, Vargas teria cooptado o movimento nacionalista pequeno-burguês e modelado-o a seus interesses. Em 1930, a forma de dominação burguesa adquiria um caráter *bonapartista* peculiar, sobretudo a partir da “ditadura militar do Estado Novo”, momento em

que a burguesia industrial teria se consolidado como uma classe consciente de seus interesses e organizada nacionalmente. Se por um lado Vargas teria legitimado o poder dessa elite industrial, por outro teria destruído o movimento operário:

A grande derrota do movimento operário em 1935 tinha permitido a Vargas destruir o movimento sindical independente e atrelar os sindicatos ao aparelho de Estado. A CLT representa a montagem, em 1943, de uma poderosa máquina sindical burguesa, instrumento para o enquadramento e manipulação paternalista das massas trabalhadoras, amorfas e politicamente desorganizadas após o declínio do anarquismo e o avançar da industrialização nos anos 30. (Em Tempo, 21 de abril a 4 de maio de 1983, nº 169, p. 16.).

Nesse artigo, Vargas aparece como representante dos interesses capitalistas, que para evitar conflitos de classes, procurou sagazmente manter vínculos com a classe trabalhadora, através de uma relação de manipulação e sedução. Relação esta, incorporada pelo PTB e por líderes trabalhistas, que ameaçava voltar, sobretudo através do retorno de Brizola à vida política. Além disso, percebe-se, na matéria jornalística, a tentativa de desqualificar a figura de Vargas ao classificar o Estado Novo como uma “ditadura militar” num momento em que este tipo de regime encontrava-se em colapso e os valores democráticos estavam sendo exaltados.

Com o título depreciativo “O pesado fardo do trabalhismo”, Eder Sader questionou a autenticidade do PTB como expressão das lutas dos trabalhadores. Ele mesmo responde a própria pergunta:

É preciso lembrar – de novo! – que o PTB foi criado por Getúlio com o concurso de empresários, usineiros, altos funcionários do Estado e dirigentes sindicais que haviam ganho essa posição depois que o mesmo Getúlio reprimira duramente as lideranças autênticas dos antigos sindicatos e impusera essa estrutura sindical parafascista que ficou até hoje. [...] o PTB enquanto partido, e Getúlio enquanto seu chefe, foram expressão do paternalismo sobre a classe operária, da colaboração de classe pela qual grandes setores de trabalhadores apoiavam um desenvolvimento capitalista que lhes extraía muito suor e muito sangue. E o retrato mais óbvio de tudo isso está na mesma estrutura sindical, que é um fardo pesado na herança trabalhista. (Em Tempo, 26 de abril a 2 de maio de 1979, nº 61, p. 4.).

Seguindo este mesmo raciocínio, seria impossível que o PTB representasse a consciência dos trabalhadores naquele momento de grande demonstração de autonomia, como as greves do ABC paulista. Logo, não teria sentido resgatar o trabalhismo, pois, nos novos tempos democráticos, não havia lugar para as velhas práticas paternalistas e manipuladoras dessa política aos moldes getulistas. Ademais, conclui Sader,

quinze anos depois de 1964 voltar a propor as ‘reformas de base’ para promover um desenvolvimento capitalista que favoreça operários e patrões não é só avançar utopias. É também propor as mesmas alianças e estratégias que já foram responsáveis por muitos desastres.

Identificando uma ameaça ainda maior do trabalhismo, *Em Tempo* publicou as declarações de Paulo de Mattos Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Artefatos de Couro e Plástico de São Paulo. Em suas palavras:

A retomada deste velho fantasma é mais perigosa do que ele próprio, quando todos sabem do apoio com que vem contando parte da social democracia, do governo americano e até mesmo, em alguma medida, do próprio governo. É algo como a volta de Perón na Argentina, guardada as devidas proporções, é claro, que somente levou a fracassos para os trabalhadores. Perón, ao voltar nem sequer conseguiu segurar a bandeira do nacionalismo de tão comprometido que estava com uma nova correlação de forças. E tudo indica que no caso de Brizola o mesmo está se dando. (Em Tempo, 26 de abril a 2 de maio de 1979, nº 61, p. 4.)

Neste caso, o agravante seria as atitudes conciliatórias e reformistas de Brizola. O diálogo com a social democracia europeia e com o governo americano, além da cautela com relação ao governo de Figueiredo para evitar alardes, suscitavam desconfianças na “nova esquerda” acerca de suas reais intenções. Referindo-se ao comportamento de Brizola no Congresso trabalhista realizado em Lisboa, o escritor Flávio Andrade sustentou que o líder trabalhista

abandonou as hipóteses de somar forças mais amplas no médio prazo e partiu definitivamente para a criação a todo custo e vapor de seu próprio feudo. Mesmo que isto implique em ter que vir a situar-se na fronteira entre a oposição e o regime, frustrando assim a tantos que viam no PTB um renascimento mais à esquerda de seu passado populista. (Em Tempo, 21 a 27 de junho de 1979, nº 69, p. 12.)

Não satisfeito, procurou desqualificar o Encontro como um todo, atribuindo-lhe adjetivos do tipo “decepcionante” e “inexpressivo”, pois conforme a reportagem, nenhuma liderança popular de vulto compareceu. O documento final aprovado no Encontro, conhecido como a Carta de Lisboa, também foi alvo de duras críticas. Nele continha a proposta política de Brizola de recriar o PTB como um partido de massas e não-classista, aclamando as demandas dos trabalhadores, mas também incluindo em seu conteúdo interesses de outros grupos sociais considerados marginalizados. Desta forma, o “novo” PTB pretendia ir para além dos conflitos de classe. Esse projeto incorporador de Brizola foi interpretado pela “nova esquerda” a partir de análises marxistas da realidade brasileira. Segundo tal concepção,

Na medida em que as lideranças dos trabalhadores mais organizadas comprometidas com a luta atual não prestaram nenhum tipo de apoio ao trabalhismo, ele parece tentar buscar apelo em setores marginalizados e que hoje apresentam um baixíssimo ou quase nulo nível de organização. (Em Tempo, 21 a 27 de junho de 1979, nº 69, p. 12.)

O conceito de *lupem-proletariado*, definido por Karl Marx como uma massa conservadora, desorganizada e embrutecida com um líder medíocre, foi frequentemente utilizado nas páginas de *Em Tempo* para caracterizar os grupos sociais aos quais os discursos brizolistas se referiam. A preocupação recaía no reconhecimento da existência de um grande número de *lupem-proletariado* na sociedade brasileira, o que tornava os discursos demagogos de Brizola perigosos, no sentido de que poderiam surtir efeitos entre massas “desorganizadas e ignorantes”, convertendo em votos.

O passado trabalhista, o mito Vargas, a popularidade do PTB na década de 1960 eram lembranças incômodas para a “nova esquerda”. E, acima de tudo, o retorno ao Brasil do herdeiro de toda essa tradição política causava um mal-estar:

Aparentemente para o ex-governador gaúcho, basta trocar as janelas corroídas por vidro fumê e caiar as paredes. A casa estará nova [...]. Assim, ao voltar, vai em romaria aos túmulos de Getúlio Vargas e João Goulart. O primeiro, o “pai dos pobres”, criou sindicatos atrelados aos Ministério do Trabalho, incentivou o peleguismo, enganou com o PTB e criou a CLT à moda do fascismo. O segundo tentou seguir o mestre. Vacilou, quis conciliar com gregos e troianos. Deu no que deu. No golpe de 1964. Brizola parece querer começar tudo de novo. (Em Tempo, 3 de agosto a 5 de setembro de 1979, nº 79, p. 5.)

Para a “nova esquerda”, era preciso derrotar a proposta de retroceder ao antigo trabalhismo, incompatível com as lutas democráticas cada vez mais intensas naquele contexto de transição. Os tempos eram outros. Discutia-se a criação de uma nova agremiação política, cujo programa tivesse como eixo imediato a luta pela democracia, mas que destacasse também soluções para as contradições insolúveis do capitalismo. Contrariando o “velho”,

a nova agremiação não poderá servir de joguete para o ressurgimento do populismo, seja este na sua forma tradicional ou em roupagem mais sofisticadas. Muito menos ser transformada numa arma eficaz para a sobrevivência do capitalismo. Para romper o casulo no qual o governo pretende confinar esse tipo de oposição, será necessário dar um caráter popular à nova agremiação. Não apenas no sentido de que ela tinha um ‘respaldo popular’, mas na direção de que as forças populares não sirvam de ‘massa de manobra’ e sejam, efetivamente, sujeitos deste partido, decidindo seus rumos e interferindo neles. (Em Tempo, 22 de dezembro de 1977 a 12 de janeiro de 1978, p. 5.)

Considerações finais

No contexto de crise da ditadura militar e transição para a democracia, Leonel Brizola e o seu projeto de retorno do trabalhismo despertavam discussões polêmicas. Por um lado, devido a sua trajetória política radical e ousada, Brizola era um fantasma para as direitas, um dos mais ameaçadores inimigos da ditadura, sobretudo para os integrantes da linha-dura militar. Prova disto foi o esforço do governo em impedir que ele recuperasse a liderança da legenda do PTB.⁵ Para os grupos civis e militares que queriam uma abertura política segura e controlada, era perigoso o retorno do PTB radical, anterior a 1964, sob liderança de Brizola. Esforçavam-se em fazer a sociedade esquecer os momentos de conflito político do pré-golpe. O momento agora era de reconciliação e, portanto, a memória do Brizola como líder radical precisava ser neutralizada.

Por outro lado, ele foi considerado pela “nova esquerda” um “populista” e o PDT visto como um partido ultrapassado, em oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), “verdadeiro” porta-voz dos operários. Era o velho trabalhismo tentando sobreviver a um momento em que não cabia sua existência. Através de *Em Tempo*, a “nova esquerda” expressou sua intenção em se opor a esse passado de “manipulação” e “controle” dos trabalhadores e disputar a liderança popular com seus representantes, pretendendo estabelecer uma relação “nova” com os trabalhadores, uma relação que lhe proporcionasse autonomia.

O fato é que o adjetivo “populista” e toda carga negativa que carrega foi utilizado para desqualificar a liderança de Brizola, além de ocultar a memória da tradição trabalhista nos movimentos populares e de esquerda brasileiros. Dizer que o trabalhismo e Brizola eram “atrasados” para o período de transição democrática significava tentar apagar da memória a importância do primeiro enquanto cultura política popular e a popularidade do segundo, enquanto liderança popular.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada*. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. “Lutas democráticas contra a ditadura.” In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵ Brizola foi derrotado na tentativa de recriar o PTB quando o Supremo Tribunal Eleitoral lhe negou a legenda, que foi apropriada pelo grupo trabalhista liderado por Ivete Vargas. Logo, Brizola criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), adotando o mesmo programa pensado em Lisboa.

FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular.” In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas*. Alternativas democráticas à crise política (1961–1964). São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GIESEN, Bernhard. “Sobre héroes, víctimas y perpetradores.” In: *Puentes*, n° 5, octubre de 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.” In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

SANTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.